

EDUCAÇÃO PRECOCE E PRÁTICAS DE CUIDADOS INFANTIS EM MEIO URBANO

Natália Ramos

RESUMO

Baseando-se numa perspectiva de prevenção psicológica e social precoce, a presente investigação debruça-se sobre as representações e comportamento familiares, particularmente maternos, face aos cuidados e à educação da criança em idade precoce, em meio português urbano, através do estudo de diversos parâmetros, nomeadamente: culturais, familiares, sociais e ambientais. A análise da influência destes, nos esquemas interactivos do grupo familiar, no desenvolvimento e na saúde da criança, assim como na génese de "conflitos maternos", é tida em conta. A investigação confirma a existência de uma grande variedade de técnicas de cuidados infantis, assim como de representações e teorias sobre o desenvolvimento, a saúde e a natureza da criança, as quais respondem às expectativas da cultura e às exigências das condições de vida.

1 — INTRODUÇÃO

"L'éducation de l'enfant est pleine de ce qu'on appelle des détails, mais qui sont essentiels".

M. Mauss, (1980)

"La ville — Elle est à la fois object de nature et sujet de culture; individu et groupe; vécue et rêvée: La chose humaine par excellence..."

C. Lévi-Strauss, (1973)

A vida e a educação da criança em idade precoce caracterizam-se por todo um conjunto de rituais familiares, nomeadamente, cuidados de higiene, alimentação, actividades lúdicas, rotinas diárias, hábitos de estimulação, actos de protecção contra os perigos e doenças, os quais desempenham funções de prevenção, desenvolvimento, organização da vida quotidiana, distintivo de classe e se inscrevem em todo um conjunto de tradições sociais, culturais e familiares.

Com efeito, o comportamento humano face à criança e à sua educação não é uniforme.

Segundo os continentes, países, épocas, grupos sociais, os adultos adoptam técnicas de cuidados infantis e desenvolvem representações e teorias de desenvolvimento muito diversas, as quais respondem às expectativas da cultura onde vivem e às exigências das condições de vida.

Basta observar através das nossas sociedades multiculturais para nos darmos conta desta diversidade: o bebé é transportado junto do corpo do adulto ou à distância; é alimentado ao seio ou ao biberão, a pedido ou a horas fixas; dorme no berço, esteira ou na cama dos pais, em quarto individual ou não; passa o dia em casa com familiares, na creche ou na ama...

O comportamento parental em relação ao bebé, nos seus três aspectos — representações, práticas educativas e estilos interactivos, constitui um domínio complexo, onde estão implicados padrões

individuais e sociais, em que interagem a dimensão pessoal e fantasmática dos indivíduos e a dimensão social e cultural dos grupos humanos.

Como sublinham C. Super e S. Harkness (1986) [13], no seu conceito de "*Developpemental nich*", para além dos factores biológicos e maturacionais, existe todo um conjunto de variáveis que intervêm no desenvolvimento e na educação da criança, os quais interagem entre si, como sejam: o contexto ecológico, cultural, socioeconómico, os hábitos de cuidados e de educação, as concepções sobre a saúde, o desenvolvimento e a natureza da criança.

J. e B. Whiting (1975) [15], através de um modelo de estudo dos comportamentos parentais a que chamam "Psicocultural", insistem nas relações estreitas entre a ecologia, a história de um povo, a estrutura social, económica, meios de produção, o sistema "Projectivo-expressivo" (religião, crenças...) e o tipo de cuidados educativos às crianças.

Também C. Bouchard (1981) [3], chama a atenção para o facto de que as competências educativas dos pais, não se reduzem a uma dimensão individual ou a um factor de classe, mas a diferentes influências do meio ambiente, mostrando nomeadamente que a um nível económico e educacional equivalente, se o meio ambiente difere, por exemplo, os bairros urbanos, os comportamentos parentais poderão ser diferentes.

J. Ogbu (1981) [7] acentua a importância igual da cultura e da ecologia nas práticas educativas dos pais, através de um modelo de investigação a que se chama "ecológico-cultural". Para este autor, a adaptação de um grupo social ao seu meio ambiente é vista como uma resposta cultural, possuindo cada grupo um modo particular de adaptação ditado pela cultura. Esta resposta específica, teria influência no desenvolvimento da criança através das técnicas educativas e das representações e valores concernendo a educação da criança.

Investigações conduzidas por nós desde 1986, com população proveniente de diferentes meios sociais, nomeadamente meio urbano, têm registado a influência de todo este conjunto de variáveis na educação e cuidados fornecidos pelos adultos à criança em idade precoce, influência esta que iremos ilustrar através de alguns exemplos.

Com efeito, conclui-se que a concepção da criança e o tipo de cuidados que lhe são fornecidos, próprios a cada época, a cada grupo social, são influenciados não só pelos hábitos culturais, pelas regras e "ideias" que os adultos têm sobre a saúde, as "formas de educar", as necessidades da criança, os seus ritmos de desenvolvimento, mas também pelas condições ecológicas e sócio-económicas, pelas condições de vida da família, nomeadamente condições habitacionais, condições de trabalho dos pais, particularmente da mãe, densidade familiar (N. Ramos, 1989) [10].

Estas representações e práticas têm incidência nos esquemas interactivos do grupo familiar, não deixando de ter consequências na saúde e no desenvolvimento da criança.

2 — REPRESENTAÇÕES E PRÁTICAS EDUCATIVAS . PREVENÇÃO E DESENVOLVIMENTO

"On peut aider à mieux faire les mères qui ont en elles la capacité de donner des soins suffisamment bons; il suffit de s'occuper d'elles d'une manière qui reconnaît la nature essentielle de leur tâche"

D. Winnicott, (1969)

Numerosos são os trabalhos vindos de autores e de disciplinas, as mais variadas, evidenciando: a importância das primeiras experiências de vida; as consequências para o desenvolvimento e saúde da criança, das separações prematuras e bruscas do seu ambiente familiar; a necessidade de adequação da sociedade às necessidades da criança e da sua família; a existência de hábitos e práticas educativas pouco favoráveis ao bom desenvolvimento da criança.

A necessidade de dependência da criança no início da vida é uma realidade que se inscreve no passado biológico da espécie. É a partir desta necessidade de dependência, que se elaboram os laços de vinculação e o sentimento de segurança tão importantes para a vida futura do indivíduo.

Neste período são os pais, sobretudo a mãe, os mais bem colocados para fornecer ao bebé através dos cuidados e rotinas diárias a segurança emocional indispensável. Nesta idade, as práticas de saúde e educativas estão estreitamente ligadas.

Durante o primeiro ano de vida a criança deverá elaborar um importante trabalho psíquico, exigindo da parte do adulto, muito tempo, disponibilidade e atenção, cuidados repetidos efectuados num clima afectivo e social apropriado.

Como sabemos, a qualidade de cuidados infantis e a atenção e adaptação do adulto às necessidades da criança, sobretudo nos primeiros tempos de vida, constituem uma das bases do seu desenvolvimento e saúde psíquica futura, são elementos essenciais para que a criança adquira uma base de segurança emocional, aceda às fases posteriores do seu desenvolvimento, invista suficientemente o domínio cognitivo para seguir uma escolaridade sem problemas, interiorize correctamente as imagens parentais a fim de abordar a adolescência sem grandes conflitos.

Alguns princípios de puericultura, rígidos, contraditórios, marcados por factores ideológicos, "modas", crenças religiosas ou populares, têm conduzido à adopção de um estilo de cuidados e práticas que tendem a afastar o bebé da mãe, preconizando nomeadamente, distanciamento em relação à criança — não atenção ao choro do bebé, não pegá-lo nos braços por exemplo, sob pretexto de não o tornar dependente e caprichoso, horários rígidos de alimentação, desmame e separação precoces, acumulação de dispositivos e de brinquedos como substitutos da proximidade e presença física dos adultos.

Ora, são diversas as investigações mostrando as vantagens do contacto físico entre a mãe e o bebé, rico de estimulações sensoriais e motoras, as quais vão favorecer o desenvolvimento psicomotor da criança. A este propósito, achamos importante salientar o trabalho de M. Ainsworth e col. (1979) [1], mostrando que pode bem tomar-se uma criança nos braços sem, no entanto, a tornar dependente ou caprichosa. Pelo contrário, segundo ela, são os bebés que beneficiam de mais contactos físicos com os adultos durante os três primeiros trimestres de vida que se mostram os mais autónomos por volta do primeiro ano de vida.

Também L. Beckwith (1971) [2], conclui que são os bebés que tiveram mais contactos físicos e verbais com a mãe ou outros adultos, condições de se poderem movimentar livremente no solo, aqueles que apresentam um nível de desenvolvimento global significativamente superior aos 9/10 meses de idade.

Por seu lado, E. Werner (1972)[14], mostra que são os bebés educados de forma tradicional no mundo rural dos países não industrializados, os que apresentam durante o primeiro ano de vida, um maior avanço psicomotor, seguidos dos bebés africanos, asiáticos e da América Latina. No

entanto, verifica-se nestes uma queda no desenvolvimento quando se dá o desmame ou quando do nascimento de uma outra criança, visto haver agora maior distanciamento da mãe e diminuírem as estimulações verbais e sensório-motoras.

As grandes transformações verificadas na sociedade moderna, em que um número crescente de mulheres e mães trabalham a tempo completo, assim como a curta licença de parto concedida, têm diminuído consideravelmente a quantidade de tempo e de interações entre a família e a criança, conduzindo a separações precoces da mãe e do bebê logo após o nascimento, a desmame precoce, passando este a partir do segundo ou terceiro mês, inúmeras horas quotidianas fora da família, na ama, ou na creche, numa idade em que o bebê não está preparado para enfrentar a separação. Salientamos que a maioria das mães urbanas entrevistadas, referem amamentar o bebê até aos 2,3 meses, desejariam fazê-lo mais tempo se tivessem condições para isso, considerando a amamentação ao seio, muito importante para a saúde do bebê e para favorecer a relação entre a mãe e a criança.

Um número importante de mães (sobretudo de meios sócio-económicos baixos e médios) insiste no problema da licença de parto, a qual é considerada muito curta, lamentando não poderem ficar mais tempo em casa para se ocuparem do bebê.

O período das primeiras separações do bebê é descrito por muitas mães em termos de sofrimento, culpabilidade. Algumas evocam o "medo" de se "ligarem" demasiado à criança ou que a criança se "ligue" demasiado a elas, justificando assim a entrada precoce em creche como um meio de evitar o sofrimento do bebê e da mãe. Quanto aos modos de guarda da criança, eles variam por ordem decrescente da creche, à ama, a familiares (avós, por exemplo).

Os equipamentos colectivos destinados às crianças em idade pré-escolar, por vezes inexistentes, insuficientes, ou não respondendo adequadamente às necessidades da mãe e da criança vêm ter consequências nas suas condições de vida e de saúde, assim como intervir nos esquemas familiares, como salientam algumas mães, sobretudo as que trabalham fora de casa.

As migrações para a cidade, conduzindo a rupturas tanto culturais como familiares, faz com que algumas famílias se sintam isoladas e desenraizadas. A família alargada torna-se nuclear, deixando a mãe por exemplo, de contar com a ajuda psicológica e física dos restantes familiares, vizinhos etc., nos cuidados à criança e nas tarefas domésticas. A criança passa a dispor de ambientes físicos, sociais e familiares menos alargados e variados, vivendo a família na maior parte das vezes em alojamentos mais pequenos, mais densos, onde a criança não dispõe de um quarto individual (sobretudo nas famílias de mais fracos recursos económicos), frequentemente com grandes riscos para a segurança e saúde da criança.

Com efeito, a cidade é hoje "invadida" de famílias vindas dos meios rurais, vindas de outros países e culturas, o que vem trazer problemas muito específicos.

Numerosos estudos têm mostrado que um certo número de mães, separadas do seu grupo social, desenraizadas, isoladas, têm dificuldade em oferecer às crianças, a mesma riqueza de interações que no seu meio de origem. O isolamento da mãe, ou ao contrário, a presença de outros adultos no lar, constitui um aspecto importante na relação que se estabelece com o bebê e no próprio comportamento maternal.

Várias investigações mostram que as mães são mais disponíveis em relação ao bebê e mais prontas a responderem às suas necessidades e ao seu choro, nos meios de grande densidade

social, do que em situação de isolamento (R. Munroe, 1971 [6]; H. Stork, 1986 [12]; N. Ramos, 1989 [8]). De facto, são os bebés pertencentes a famílias alargadas que beneficiam de mais estimulações físicas e sensoriais e de maior atenção ao seu choro, ainda que não seja obrigatoriamente a mãe, que dispense estes cuidados. Numa família nuclear, a mãe que trabalha e que não disponha de qualquer tipo de ajuda, não poderá ter a mesma disponibilidade para dedicar ao seu bebé, que a mãe que viva numa família alargada onde possa contar com o apoio dos pais ou irmãos, por exemplo, ou que tenha a ajuda de empregadas ou do marido. Verifica-se deste modo, que as mães das famílias nucleares têm sequências de interacções mais curtas com os seus bebés que as das famílias alargadas.

No que concerne ao contributo do marido nos cuidados ao bebé, aprez-nos salientar o papel cada vez mais activo que o pai português, sobretudo o mais jovem, de meio urbano, de meio socio-cultural mais elevado, tende a desempenhar neste campo tradicionalmente "feminino", vindo não só a trazer à mãe uma ajuda psicológica e física importante, contribuir para uma maior "valorização" destas tarefas, como beneficiar a sua relação com o bebé. No que toca esta relação, mais de metade dos pais entrevistados, consideram importante as interacções físicas e verbais com o bebé, nomeadamente, a fim de "estabelecer relações mais íntimas" com este, "para um melhor reconhecimento do pai desde o início da vida".

O tipo de relação mãe-criança, os comportamentos e as práticas que a família adopta dependem com efeito, não só das representações sobre a criança e a sua educação, dos valores culturais, mas estão igualmente fortemente ligados às suas condições de vida. É o caso da mãe que deseja uma criança calma no seu berço, seja para poder ocupar-se das actividades domésticas, seja para poder deixá-la em casa ou levá-la com ela para os trabalhos no exterior. Por estas razões, uma concepção de criança que não exige muito dos adultos é por vezes mais valorizada, sobretudo no caso de mães que trabalham, que não recebem qualquer tipo de ajuda e de meios sócio-económicos mais desfavorecidos. Para estas, por exemplo, sobre a importância de ter o bebé nos braços, muito embora considerando que "toda a criança gosta de estar nos braços da mãe" e que "qualquer mãe se sente feliz em ter um filho nos braços", é necessário, segundo elas, "fazer atenção", porque poderá "criar-se maus hábitos à criança", o bebé vai tornar-se "difícil e caprichoso" e depois "os adultos sobretudo a mãe não poderá trabalhar".

Verificamos que as mães de meios sociais e económicos mais baixos face ao choro do bebé tendem a responder mais através de contactos físicos (embalar, tomar nos braços) que as mães de meios sociais e económicos mais elevados que privilegiam as verbalizações, sorriso, objectos (musicais...).

Quanto ao significado do choro do bebé, o choro como "forma de apelo" é mais valorizado pelos pais, particularmente mães, de meio urbano, trabalhando a tempo completo, com pouco tempo para dedicar à criança. Por outro lado, as representações do choro relacionadas com "fome", "dor", "medo", "doença", são mais frequentes em meio rural, meio sócio-económico mais desfavorecido e população mais idosa.

Em meio urbano, encontramos um número importante de mães e de crianças, para quem as condições de vida se afiguram particularmente difíceis. É o caso de algumas mães, sem horários de trabalho (mulheres a dias, vendedoras ambulantes ...), por vezes solteiras ou separadas, as quais se vêem obrigadas, por exemplo, a deixar de amamentar o bebé, logo a partir do 1º, 2º mês

de vida, a deixa-lo em casa sem qualquer vigilância ou à guarda de outras crianças pequenas, com grande perigo para a saúde e para a vida do bebé e das restantes crianças.

De facto, se a situação de pobreza, afecta a saúde e as condições de vida das crianças tanto nos meios rurais como urbanos, é nestes que ela atinge um carácter mais intenso e por vezes "dramático" (R. Salas, 1987 [11]; N.Ramos, 1989 [10]).

Convém salientar que apesar da mortalidade infantil ter diminuído consideravelmente em Portugal, há ainda um número importante de crianças que morrem nos primeiros anos de vida, vítimas nomeadamente de acidentes domésticos, falta de cuidados básicos, maus tratos.

Em 1973, Portugal tinha uma taxa de mortalidade infantil de 44,8/1000, sendo somente a Albânia, entre os países Europeus o que tinha uma taxa superior (Comissão da Condição Feminina, 1981).

Em 1988, as estatísticas do Ministério da Saúde e do Instituto Nacional de Estatística, assinalam uma taxa de mortalidade infantil de 12,7/1000. Segundo ainda as estimativas portuguesas, em cada 1000 crianças nascidas em Portugal, 17 estão sujeitas a morrer antes de atingirem os 5 anos de idade.

Igualmente em 1988, o relatório da UNICEF, regista que nasceram 140 mil crianças em Portugal e morreram 2000 entre o zero e os quatro anos de idade.

Salientamos que no decurso da primeira infância, uma das principais preocupações das famílias urbanas de meios sócio-económicos mais desfavorecidos (e de um número significativo de famílias rurais) consiste na sobrevivência e na saúde da criança, sendo estas menos sensíveis à precocidade do bebé, introduzindo mais tardiamente as actividades de estimulação, valorizando como índice de desenvolvimento sobretudo a motricidade, insistindo em variáveis mais do tipo funcional, comparativamente às famílias de meios sócio-culturais e económicos mais favorecidos. Assim, para aquelas, o perfil do bebé "ideal", do bebé "fácil", é "o bebé que não é doente, que se alimenta bem, que dorme bem, que não chora". É também nestas, que predomina a concepção do bebé bem desenvolvido como sendo o "bebé saudável, com um bom peso, com um bom aspecto físico", mostrando-se mais tolerantes e menos exigentes no que diz respeito às normas de desenvolvimento da criança, considerando que é necessário respeitar o ritmo e a "natureza" da criança, não sendo bom "ir contra a natureza", "despertar demasiado cedo o bebé". Contrariamente, nos meios sócio-culturais e económicos mais favorecidos (com maior incidência na população mais jovem), é mais apreciado um bebé "activo, vivo, comunicativo, simpático, alegre, atento, que compreende". As preocupações referentes à boa disposição, à interacção, à atenção, à compreensão, reflectem o ideal, a facilidade e o desenvolvimento para estes. É também este grupo, o que mostra maior exigência em relação à precocidade do bebé, à necessidade de estimular o seu desenvolvimento psíquico, introduzindo mais cedo e em maior quantidade actividades de estimulação (brinquedos, jogos interactivos...), privilegiando como índice de desenvolvimento as capacidades perceptivo-cognitivas.

Temos assim representações sobre a criança e o seu desenvolvimento, as quais variando segundo os grupos sociais, vão indiscutivelmente ter influência nos comportamentos parentais e nos estilos de práticas educativas.

Enfim, com todas as suas contradições, a cidade continua a exercer o seu fascínio, caminhando-se para uma sociedade cada vez mais urbanizada.

É à vida urbana, como refere C. Levi-Strauss (1973) [10], que associamos os valores mais elevados tanto no plano material como espiritual.

A cultura urbana considerada como "superior" exerce prestígio, sobretudo nas populações ditas menos desenvolvidas no plano material, impondo-se desta forma certos costumes considerados como mais "modernos" sem que haja muitas vezes, discernimento suficiente daqueles que os adoptam.

Assistimos frequentemente ao abandono de certas práticas educativas, particularmente em meios migratórios, devido não só ao desejo de fazer "como toda a gente", ao "medo" de serem julgados ou criticados, mas também ao fenómeno que M. Mauss (1980) [5] intitula "A imitação prestigiosa", ou seja: o adulto como a criança imita os actos que tiveram êxito e que viu terem êxito por pessoas em que ele tem confiança e que têm autoridade sobre ele. O acto é imposto do alto, de fora.

Todos estes contextos variados, têm conduzido, com efeito, a modificações nas condições de vida e de educação das crianças, ao abandono de certas práticas ditas "tradicionais" e à adopção de outras consideradas como mais "actuais", "prestigiantes", ou ditadas pelas exigências das condições de vida, oferecidas à família, particularmente às mães.

Estas situações, contribuem de algum modo, para o facto de que um número importante de mães, têm dificuldade em encontrar e desempenhar com "segurança" os gestos necessários aos cuidados a prestar aos seus bebés, divididas entre o saber e hábitos tradicionais de educação, transmitidos no seio das suas famílias, de geração em geração, considerados como "ultrapassados" e as práticas ditas "modernas" que lhe são sugeridas ou impostas (N. Ramos, 1989) [10].

Com efeito, quando a mãe se encontra insegura e em conflito quanto aos comportamentos e práticas a adoptar, a ansiedade que daí resulta, não deixará de ter influência na sua relação com a criança e no desenvolvimento da sua personalidade.

Partilhadas entre os horários e as obrigações profissionais, as actividades domésticas e cuidados a prestar ao bebé, são numerosas as mães que manifestam dificuldades em encontrar um justo equilíbrio entre a "tradição" e a "modernidade", em conciliar as exigências profissionais e a vida familiar, nomeadamente as solicitações do bebé com toda a necessidade de dependência deste. Surgem assim, nas mães, sentimentos de culpabilidade, ansiedade, situações de conflito inclusivamente familiares, particularmente sentidos em meio urbano.

3 — NOTA FINAL

As representações e práticas educativas dos pais têm de ser situadas no seu contexto cultural e ecológico.

O conhecimento da variedade dos comportamentos parentais, revela-se necessário tanto ao nível da investigação como da intervenção prática, nomeadamente no que concerne à prevenção psicológica e social precoce e a formação dos profissionais da primeira infância.

Sendo os países europeus e as cidades confrontadas cada vez mais a múltiplas culturas, a famílias migrantes, as investigações e a formação psicocultural do pessoal de saúde e da educação, torna-se importante.

A intervenção e as medidas a adoptar, deverão ter em conta as necessidades específicas da criança e das famílias, as limitações dos seus modos de vida, particularmente das mães, "escutar" e respeitar o sentido de "competência" destas.

Um desenvolvimento e melhor organização dos equipamentos colectivos destinados a acolher e a apoiar a criança e a sua família nos primeiros tempos de vida impõe-se, devendo a planificação destes serviços ser apoiada por dados científicos concernendo as necessidades da criança em idade precoce a todos os níveis —cognitivo, sensório-motor, emocional, ter em conta a necessidade de um equilíbrio entre a educação colectiva e a educação familiar, e a importância desta para o desenvolvimento e saúde da criança, sobretudo no primeiro ano de vida.

Uma revisão da política social sobre a família e a primeira infância, das leis concernendo o trabalho da mãe e a licença de parto, manifesta-se importante. O prolongamento da licença de parto, sem prejuízo para a actividade profissional da mãe e com possibilidade de ser partilhada pelo pai, fórmulas de trabalho a tempo parcial para os pais que o desejassem, são exemplos de algumas medidas que permitiriam superar as rupturas demasiado precoces impostas ao bebé em relação ao seu ambiente familiar, particularmente à mãe, vindo beneficiar as condições maternas e as condições de desenvolvimento da criança em idade precoce.

BIBLIOGRAFIA

- [1] AINSWORTH, M. D. S. et al — *L'attachement de l'enfant à sa mère. La recherche en éthologie. Les comportements animaux et humains*. Seuil, La recherche. Paris, 1979.
- [2] BECKWITH, L. — Relationships between attributes of mothers and their infants, I.Q. Scores. *Children Development*, 1971, 42: 1083-1097.
- [3] BOUCHARD, C. — Perspectives écologiques de la relation parents — enfants: Des compétences parentales aux conséquences environnementales. *Apprentissage et socialisation*. 1981, 4:4 — 23.
- [4] LÉVI-STRAUSS, C. — *Tristes tropiques*. Plon. Paris, 1973.
- [5] MAUSS, M. — *Les techniques du corps*. 1934. Sociologie et anthropologie. Puf. Paris, 1980: 363-386.
- [6] MUNROE, R. H.; MUNROE R. L. — Household density and infant care in east african society. *Journal of Social Psychology*, 1971, 83, 3-13.
- [7] OGBU, J. U. — Origins of social competence: A cultural ecological perspective. *Child Development*. 1981, 52: 413-429.
- [8] RAMOS, N. — *Représentations culturelles et comportements parentaux*. Fourth world congress an infant psychiatry and allied disciplines. WAIPS, Lugano (Suiça), 20-24 Set. 1989.
- [9] RAMOS, N. — *Représentations et croyances populaires concernant les pratiques de bercement*. Journée scientifique. Lab. de psychologie clinique. Paris V, 21 Oct. 1989.

- [10] RAMOS, N. — *Práticas de cuidados às crianças em idade precoce na sociedade portuguesa — Prevenção e desenvolvimento*. A Psicologia e os Psicólogos hoje. Apport, Lisboa, 23-25 Nov. 1989.
- [11] SALAS, R. M. — *Ces villes qui nous dévorent... Le courrier*. UNESCO. Paris, Janvier 1987: 10-17.
- [12] STORK, H. — *Enfances indiennes*. Paidós / Le centurion, 1986.
- [13] SUPER, C. M.; HARKNESS, S. — The developmental niche: A conceptualisation at the interface of child and culture. *International Journal of Behavioral Studies*. 1986, 9: 545-569.
- [14] WERNER, E. E. — Infants around the world: cross-cultural studies of psychomotor development from birth to two years. *Journal of cross-cultural psychology*. 1972, 3: 111-134.
- [15] WHITING, B. B.; WHITING J. W. — *Children of six cultures, A Psychological Analysis*. Harvard University Press. Cambridge, 1975.
- [16] WINNICOTT, D. W. — *De la pédiatrie à la psychanalyse*. Payot. Paris, 1969.